

ATA DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 26ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIO, ESTADO DE MINAS GERAIS.

Aos 16 dias do mês de junho de 2025, às 17h, na Sede do Poder Legislativo, localizada na Rua das Crianças, 137, Centro, Cláudio/MG, no Plenário “Paulina Dutra Alves”; foi realizada a 3ª Audiência Pública, da 1ª sessão legislativa, da 26ª legislatura da Câmara Municipal de Cláudio, Estado de Minas Gerais, presidida pelo Vice-Presidente da Câmara, vereador Kaká Amorim (tendo sido incumbido da direção dos trabalhos pelo Presidente Simental que também participou da reunião, porém necessitou se ausentar temporariamente) e secretariada por Frederico Amorim, presentes também os edis: Darley Lopes, Evandro da Ambulância, Fernando Tolentino, Geraldo Lázaro dos Santos, Kedo Tolentino, Maurilo do Sindicato e Nivaldo; ausente Rosângela Diretora. Após, se sucederam os seguintes atos: esclarecimento que a finalidade da audiência seria a apresentação, pelo Poder Executivo, do relatório de gestão fiscal referente ao 1º quadrimestre de 2025, atendendo disposições da Lei Complementar Federal 101/2000; foi convidada para tomar assento à mesa a Controladora Interna da Prefeitura de Cláudio, sra. Sara Adriana Aguiar, e informado como a audiência desenvolveria. De posse da palavra, a Controladora Interna, usando de recursos visuais, projeção, inicialmente apresentou informações sobre disponibilidade de caixa e restos a pagar apurados em 31/12/2024. Após, passou à apresentação do relatório do 1º quadrimestre de 2025, enfatizando que “a audiência pública tem o fim de prestar contas da execução orçamentária e financeira, demonstrar o cumprimento das metas fiscais e promover a transparência e o controle social da gestão pública, permitindo a participação da sociedade, sendo uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101/2000, especialmente em seu art. 9º, § 4º. Foram demonstradas, dentre outras informações, a arrecadação bruta, no 1º quadrimestre de 2025, que somou R\$63.577.000,00 e deduzidos desse montante os valores do FUNDEB R\$ 6.987.000,00 e outras deduções/restituições R\$ 19.000,00, apurando-se a receita líquida de R\$56.571.000,00, superior à meta de arrecadação de R\$55.992.000,00. No que se refere à despesa, esclareceu que foi fixada, para 2025, em R\$162.949.000,00 e demonstrou os seguintes números quanto a esta, referentes ao 1º quadrimestre de 2025: empenhada R\$63.674.000,00, liquidada R\$ 39.876.000,00 e paga R\$ 38.877.000,00 sendo estes valores do Executivo e, do Legislativo, empenhada R\$1.347.000,00, liquidada R\$ 926.000,00 e paga R\$880.000,00; chegando aos resultados consolidados de R\$ 65.021.000,00 de despesa empenhada, R\$40.802.000,00 liquidada e paga R\$ 39.759.000,00; logo, a receita líquida arrecadada no quadrimestre em referência foi superior à despesa liquidada em R\$15.769.000,00 sendo este o Resultado da Execução Orçamentária. No quadro da dívida pública (financiamento e operações de crédito, a longo prazo, que ultrapassam o final do exercício seguinte), foi demonstrado o total de R\$ 8.109.000,00, em 30/04/2025, englobando operações de crédito FINISA, precatórios e financiamentos dos dois PACs em vigor. Sobre os gastos com pessoal, demonstrou os seguintes percentuais calculados sobre a receita corrente líquida calculada de maio/2024 a abril/2025: 39,11% do Executivo, 1,44% do Legislativo e consolidado 40,55%, ficando aquém do limite consolidado de alerta de 54% e consequentemente dos limites prudencial e legal de 57% e 60% respectivamente. Demonstrou a disponibilidade de caixa consolidada, em 30/04/2025, de R\$47.383.000,00, sendo R\$ 16.118.000,00 em recursos não vinculados, R\$30.360.000,00 em recursos vinculados, valores esses do Poder Executivo e R\$905.000,00 do Poder Legislativo. Na saúde, foram aplicados 22,97% da receita líquida de impostos e transferência constitucionais

(superior aos 15% previsto na CF) e na educação 14,99%, inferior ao mínimo constitucional de 25%, todavia esclareceu que este percentual deve ser atingido até o final do exercício de referência. Nas considerações finais, manifestou que os demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF do primeiro quadrimestre de 2025 evidenciam que o Município está com as finanças em equilíbrio, cumpre os limites para gastos com pessoal, dívida pública e disponibilidade de caixa e que a aplicação dos valores previstos na Constituição Federal em saúde e educação são exigidos para cumprimento até o final do exercício. Também apresentou registro de obras executadas no primeiro quadrimestre de 2025: operações “Tapa buracos” em vias públicas, registro de UBS (reformas e obras), estradas rurais, limpeza urbana, pintura viária, ampliação do CEMEI Maria das Graças e iluminação pública. Encerrada a apresentação, a palavra foi aberta aos parlamentares, manifestando: Frederico Amorim, Geraldo Lázaro dos Santos e Nivaldo. Observe-se que, ao longo da audiência, foi registrada a presença do sr. José Vicente Barros – Chefe de Gabinete do prefeito José Rodrigues Barroso de Araújo, Maria. Por derradeiro, o presidente agradeceu à senhora Sara Adriana Aguiar pelas informações apresentadas e, aos demais, pela presença e declarou encerrada a audiência. Eu, Adalberto Lopes Castro - Técnico Legislativo - lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim, pelo Presidente e demais vereadores assinada. Cláudio, 23 de junho de 2025.

Adalberto Lopes Castro

Simental

Kaká Amorim

Frederico Amorim

Evandro da Ambulância

Técnico Legislativo: _____

Presidente: _____

Vice - presidente: _____

1º Secretário: _____

2º Secretário: _____

DEMAIS VEREADORES:

Darley Lopes

Fernando Tolentino

Geraldo Lázaro dos Santos

Kedo Tolentino

Maurilo do Sindicato

Nivaldo

Rosângela Diretora
